



MÓDULO II

BIBLIOLOGIA

DOUTRINA DAS ESCRITURAS

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	4
2 - REVELAÇÃO E INSPIRAÇÃO: PRÉ-REQUISITOS PARA O ESTUDO DA BIBLIOLOGIA ..	6
2.1 - REVELAÇÃO E INSPIRAÇÃO	6
3 - BÍBLIA: O TEXTO, O LIVRO	8
3.1 - APRESENTANDO A BÍBLIA.....	8
3.1.1 - Conceito da palavra “Bíblia”	8
3.1.2 - A composição estrutural da Bíblia: suas terminologias, definições e sua organização.....	8
3.2 - A FORMAÇÃO NATURAL DA BÍBLIA.....	11
3.2.1 - Os Manuscritos	11
3.2.2 - As línguas usadas tanto na tradição oral quanto no registro escrito	13
3.2.3 - Evolução da escrita e do manuscrito.....	14
3.2.4 - Os colaboradores do registro escrito.....	15
4 - BÍBLIA: A LITERATURA.....	17
4.1 - ESTILO E GÊNERO LITERÁRIO DA BÍBLIA	17
4.1.1 - A Literatura nos tempos bíblicos	17
4.1.2 - A influência da Antiga Literatura sobre a Bíblia	18
4.1.3 - Entendendo o gênero literário bíblico: comparação entre textos não bíblicos e bíblicos	18
5 - CÂNON: O CONJUNTO DE LIVROS INSPIRADOS POR DEUS	20
5.1 - O CÂNON	20
5.1.1 - Conceito de Cânon e a história que motivou a formação oficial do Cânon.....	20
5.1.2 - Critérios para a Canonização.....	22
5.1.3 - A formação do Antigo Testamento	24
5.1.4 - A formação do Novo Testamento	25
5.2 - LIVROS APÓCRIFOS	27
5.2.1 - A trajetória dos Apócrifos pela história	27
5.2.2 - O valor dos Apócrifos e por que não foram aceitos no cânon	27
5.2.3 - Definições teológicas para distinguir os livros canônicos dos livros apócrifos.....	28
6 - A BÍBLIA E O TEMPO	30
6.1 - A HISTÓRIA DAS VERSÕES: DOS PRIMÓRDIOS ATÉ COMO A BÍBLIA CHEGOU A NÓS	30
6.1.1 - As versões antigas dos escritos bíblicos.....	30

6.1.2 - A Bíblia em língua portuguesa.....	31
6.1.3 - A Bíblia no Brasil.....	32
6.2 - RESULTADOS DA PESQUISA BIBLIOLÓGICA	34
6.2.1 - Manuscritos famosos.....	34
6.2.2 - As teorias da Inspiração divina.....	34
6.2.3 - Bíblia Hebraica ou Judaica	35
6.2.4 - O Antigo Testamento na Bíblia Cristã	36
6.2.5 - Como se deu a formação da Bíblia	37
7 - CONCLUSÃO	39
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	41

1 - INTRODUÇÃO

A Bíblia é o livro sagrado do Cristianismo. Ela é o livro mais famoso e mais produzido no mundo. Seus 66 livros foram escritos por cerca de 40 pessoas, das mais diferentes profissões e culturas, durante um período de cerca de 1.600 anos. Nela se encontram os mais variados gêneros literários, como histórias, biografias, leis, poesias, hinos, canções, provérbios, cartas, sermões, profecias e visões, que mostram como Deus se relaciona com a humanidade. Sua incrível uniformidade faz da Bíblia um livro singular, que só poderia ter sido escrito sob a inspiração do Espírito Santo.

Cremos, como igreja pentecostal, que as Sagradas Escrituras são a Palavra inspirada de Deus, infalível em tudo o que afirma e suficiente como regra de fé e de conduta (2Tm 3.16-17; 2Pe 1.20-21). E quais foram os caminhos que essas Escrituras percorreram até chegarem às mãos da geração atual? Quais foram os meios e formas que Deus usou para transmitir, preservar e guardar sua Palavra? É uma história emocionante e rica em detalhes, cujo resultado é conhecido por todos os que experimentam a graça de Deus e o batismo no Espírito Santo: a Palavra vem abençoando, salvando, curando, libertando e transformando milhões de vidas pelos séculos a fio!

Responder a essas perguntas e conhecer essa história exige uma proximidade das Sagradas Escrituras por meio da *Bibliologia*. No campo da Teologia, bibliologia é a área que se destina a estudar a Bíblia do ponto de vista histórico e teológico.

É um estudo histórico, pois acompanha todas as fases da trajetória da Bíblia como livro, e é, ao mesmo tempo, um estudo de teologia, porque observa tanto o processo de formação quanto de transmissão e desenvolvimento da Bíblia como Palavra de Deus. Para facilitar a compreensão, o conteúdo deste material está dividido em seções que apresentam os pressupostos que a bibliologia assume ao estudar a Bíblia — sempre a partir da fé em um Deus que fala, que se revela e que continua, pelo seu Espírito, iluminando o entendimento de quem lê a sua Palavra.

Na primeira seção, a Bíblia é estudada como livro; seu texto é comparado a outros textos e os resultados são surpreendentes no que tange à confirmação da historicidade da Bíblia. Na segunda seção, a Bíblia é estudada como literatura, e novamente, quando se investigam os estilos e os gêneros literários, percebe-se que houve, de fato, uma parceria entre Deus e o ser humano na produção dos textos bíblicos — sem que isso, em nada, diminua o caráter plenamente inspirado e infalível de cada palavra escrita. Depois de toda essa informação histórica, a terceira seção trata do cânon, isto é, dos aspectos teológicos da Palavra de Deus. A apostila é encerrada com informações sobre a Bíblia e o tempo, na quarta e última seção, quando a história confirma o propósito de Deus em preservar sua

Palavra, e os resultados mais relevantes da pesquisa bibliológica são apresentados.

O objetivo é conduzir o estudante à compreensão de que, enquanto livro divino, a Bíblia é crida; enquanto livro humano, os estudos e as descobertas a seu respeito apenas confirmam a sua origem sobrenatural.

2 - REVELAÇÃO E INSPIRAÇÃO: PRÉ-REQUISITOS PARA O ESTUDO DA BIBLIOLOGIA

Bibliologia é a ciência que investiga a história da composição do material dos livros da Bíblia, incluindo o processo de composição (compilação e edição), em todos os seus aspectos.

Estudar a Bíblia buscando conhecer suas origens não significa que o investigador ou biblista duvide de que ela é a “Palavra de Deus”; isso porque, para o estudante pentecostal, simplesmente não há um questionamento sobre a Bíblia vir ou não de Deus — o investigador já crê nisso como fundamento para iniciar sua pesquisa. Esse estudo visa, sim, um preparo teológico e ministerial sólido, que capacite o obreiro a “manejar bem a palavra da verdade” (2Tm 2.15).

A crença de que a Bíblia é a Palavra de Deus se dá pela compreensão de que ela é a revelação de Deus e foi produzida pela inspiração do Espírito Santo.¹

2.1 - REVELAÇÃO E INSPIRAÇÃO

A Bíblia é um livro singular, inigualável. Ela é reconhecida pelos que creem em Deus como registro de sua ação na história e na experiência humana, fruto de escritos humanos com autêntica origem e inspiração em Deus. Essa singularidade se dá por causa da revelação e da inspiração. Por isso, não se pode partir imediatamente para o estudo da bibliologia sem passar antes pelos conceitos de revelação e de inspiração.

- **Revelação** é a *automanifestação* de Deus e de sua verdade sobre a realidade criada e sobre a raça humana.
- **Inspiração** é a operação sobrenatural do Espírito Santo pela qual homens escolhidos por Deus foram capacitados para receber, compreender e proferir, com exatidão, a Palavra de Deus. A Segunda Epístola de Pedro ensina que “nunca jamais a profecia foi produzida por vontade de homem, mas os homens santos de Deus falaram inspirados pelo Espírito Santo” (2Pe 1.21). Assim, a inspiração não esteve apenas no impulso ou na experiência religiosa do escritor, mas alcançou também o próprio conteúdo — e, em certo sentido, a própria redação — de suas mensagens, de modo que o texto resultante é plena e verbalmente a Palavra de Deus, sem erro em tudo o que afirma.

¹ Os conceitos de “revelação” e “inspiração” seguem a definição clássica da teologia sistemática evangélica-pentecostal, também adotada nos cursos de Introdução ao Antigo Testamento.

Quando os textos bíblicos são estudados com atenção ao estilo de cada autor, descobre-se que as mais variadas personalidades humanas estão “impressas” nas Escrituras Sagradas — o vocabulário de Paulo não é o de João, e a poesia de Davi não é a prosa de Lucas. Isso significa que Deus usou a personalidade, a cultura e o vocabulário de cada escritor sem, com isso, deixar de garantir a exatidão daquilo que eles escreveram. Por essa razão, a Bíblia possui uma dupla natureza: é, ao mesmo tempo, divina e humana — divina na sua origem, autoridade e infalibilidade; humana no instrumento, no estilo e na língua utilizados para registrá-la.

Um esclarecimento necessário para o estudante pentecostal. A obra do Espírito Santo não terminou quando o último livro da Bíblia foi escrito. O mesmo Espírito que inspirou os profetas e os apóstolos continua, hoje, a operar na Igreja, distribuindo dons espirituais (1Co 12.1-11), batizando os crentes com poder para testemunho (At 1.8; 2.4) e iluminando o entendimento de quem lê e prega a Palavra (1Co 2.10-14). A Igreja pentecostal não aceita, portanto, a ideia de que os dons do Espírito e a experiência sobrenatural tenham cessado com os apóstolos. Isso, porém, não deve ser confundido com a inspiração das Escrituras: o cânon bíblico está encerrado, e nenhuma profecia, revelação ou experiência posterior tem autoridade para acrescentar, tirar ou corrigir o que já foi definitivamente revelado e registrado na Bíblia (Ap 22.18-19). O Espírito continua a falar à Igreja e a confirmar a Palavra com sinais (Mc 16.20), mas sempre em plena submissão e conformidade ao que já está escrito.

3 - BÍBLIA: O TEXTO, O LIVRO

3.1 - APRESENTANDO A BÍBLIA

O estudo sobre a origem da palavra “Bíblia” revela que, quando esta palavra surgiu, ela já era derivada de outras duas palavras mais antigas. Percebe-se, assim, que para se chegar ao seu significado em língua portuguesa houve uma evolução de diferentes estágios de idioma e dialetos, até chegar aos dias atuais. Este capítulo apresenta não apenas o conceito de “Bíblia”, mas também suas terminologias, definições e organização.

3.1.1 - Conceito da palavra “Bíblia”

A palavra “Bíblia” deriva do latim, que, por sua vez, vem do grego *Biblion*, cujo significado é “pequeno livro, livrinho”. *Biblion* é o diminutivo de *Bíblōs*, cujo significado mais remoto é “papiro”; evoluiu, depois, para “papel” e, por fim, “livro”. Seu primeiro sentido deriva-se da cidade fenícia de *Biblos*, um dos antigos e importantes centros produtores de papiro.

Posteriormente, a palavra *Bíblōs* passou a ser usada no plural grego *biblía*, cujo significado é “livros”, referindo-se aos rolos. Com o tempo, esse vocábulo terminou sendo usado para designar as Escrituras Sagradas como um todo, um conjunto de livros sagrados.

A adaptação ao latim eclesiástico ocorreu no século IX de nossa era, como palavra feminina: no singular, *biblía*, mantendo o significado de “conjunto dos livros sagrados”. Posteriormente, quando traduzida para a língua portuguesa, seu nome latino foi mantido: *Bíblia*.

3.1.2 - A composição estrutural da Bíblia: suas terminologias, definições e sua organização

A Bíblia, como é conhecida hoje, possui duas grandes divisões em seu conteúdo: o *Antigo Testamento* e o *Novo Testamento*. Esses nomes são usados desde o final do século II, com a finalidade de diferenciar as Escrituras hebraicas das cristãs.

A primeira Bíblia a ser formulada foi a judaica, composta apenas pelo Antigo Testamento, dividida em *Torá* (Lei — Gênesis a Deuteronômio), *Nebiim* (Profetas anteriores — Josué a 2 Reis; Profetas posteriores — Isaías a Malaquias) e *Ketubim* (demais escritos, ou escritos sapienciais). No decorrer do processo de revelação e inspiração, veio, então, a Bíblia cristã, composta pelo Antigo e o Novo Testamento — o Novo Testamento sendo o cumprimento pleno daquilo que o Antigo anunciou e prometeu (Lc 24.27,44).

- Testamento: origem e significado dessa palavra

A palavra *testamento* deriva-se do latim *testamentum*, que, por sua vez, deriva-se do termo grego *diathéke*, cujo significado original é “concerto” ou “aliança”. Os escritores do Novo Testamento interpretaram as profecias acerca do concerto, citadas no Antigo Testamento, como tendo seu cumprimento na obra realizada por Cristo. Isso lhes deu base para entender que *diathéke*, em se tratando do Antigo, fazia referência à história da antiga aliança, enquanto o Novo tratava dos documentos que registram o estabelecimento da nova aliança em Cristo.

Na segunda metade do século II, Tertuliano, um dos Pais da Igreja, traduziu *diathéke* para o latim usando duas palavras: *instrumentum*, significando documento legal, e *testamentum*. A palavra que permaneceu foi esta segunda.

Para alguns pesquisadores, o termo “testamento” está associado à palavra hebraica *berith*, que significa “pacto” ou “aliança”. Assim, tanto *berith* no hebraico, quanto *diathéke* no grego e *testamentum* no latim, significam “um compromisso solene entre Deus e o seu povo”. Vale notar que essa terminologia descreve, simplesmente, a forma como Deus se relacionou com a humanidade em diferentes momentos da história da salvação; ela não deve ser tomada como endosso a nenhum sistema teológico específico sobre a relação entre Israel e a Igreja, questão sobre a qual cristãos sinceros mantêm posições diferentes.

- O tempo em que os livros foram escritos, a ordem em que foram colocados e a autoria

Os livros bíblicos não foram escritos na sequência em que se encontram hoje. Antes que se escrevessem os Evangelhos, várias cartas apostólicas já haviam sido produzidas, e o Apocalipse foi o último livro escrito, encerrando a Bíblia.

A ordem atual dos livros do Antigo Testamento na Bíblia cristã já é fruto de uma organização eclesiástica posterior; segue o padrão dos judeus de Alexandria, cidade egípcia influenciada pela cultura grega. Em Jerusalém, mantinha-se a sequência judaica tradicional (Lei, Profetas e Escritos da Sabedoria); em Alexandria, a sequência conhecida como Bíblia Grega (tradução da Bíblia judaica para o grego). A Igreja cristã adotou a classificação alexandrina, na qual os livros proféticos, a partir de Isaías, foram colocados no final do Antigo Testamento.

Essa organização teve o propósito de que todos entendessem que o Novo Testamento é a sequência natural desse grande relato, como cumprimento das profecias do Antigo Testamento. Melito, bispo de Sardes, tendo visitado a Palestina em 170 d.C. para verificar a identidade dos livros da antiga aliança, também listou os profetas por último. No século III, Orígenes mencionou os livros do Antigo Testamento na ordem em que aparecem na Bíblia Grega: Lei, História, Poesia e Profetas.

Quanto à autoria dos textos bíblicos, a Igreja cristã sempre afirmou, com base no testemunho do próprio Senhor Jesus e dos apóstolos, que a Bíblia foi escrita por cerca de 40 autores humanos, agindo cada um em seu próprio tempo histórico, sob a inspiração direta do Espírito Santo — profetas como Moisés, Davi, Isaías e Jeremias, e apóstolos como Mateus, João, Paulo e Pedro. É essa a posição adotada nesta apostila, coerente com a fé histórica da Igreja e com o próprio testemunho de Jesus, que atribuiu a Moisés a autoria da Lei (Jo 5.46-47; Mc 12.26) e reconheceu a autoridade profética direta dos escritos do Antigo Testamento (Lc 24.44).

É importante que o estudante saiba, ainda, que alguns círculos de estudiosos de orientação liberal defendem que boa parte do Antigo Testamento não foi escrita pelos autores tradicionais nem no tempo dos fatos relatados, mas séculos depois, por comunidades anônimas de editores. Essa hipótese — conhecida por hipótese documentária — parte da suposição, incompatível com a fé bíblica, de que não houve profecia sobrenatural nem registro divinamente supervisionado dos acontecimentos no próprio tempo em que ocorreram. Por isso, ela não é adotada por esta apostila; o estudante de Teologia deve conhecê-la para saber dialogar com ela, mas deve também saber que ela parte de pressupostos que negam, de saída, a possibilidade da revelação sobrenatural — exatamente o que a fé cristã e pentecostal afirma como fundamento de toda a Bibliologia.

- Divisão em Capítulos e Versículos²

A atual divisão da Bíblia em capítulos data do século XIII, sendo seu autor Estêvão Langton, professor em Paris e depois arcebispo de Cantuária (1228). Hugo de São Caro (1263) subdividiu os capítulos em sete parágrafos, designados pelas letras A-G. A divisão em versículos é de autoria de Robert Estienne (Robertus Stephanus), tipógrafo parisiense, que a empregou pela primeira vez em sua edição da Vulgata, em 1551.

Pois bem, este capítulo fez uma breve apresentação do livro “Bíblia” como nós o conhecemos hoje; o próximo capítulo mostrará como este livro foi sendo produzido, passo a passo, sob a mão de Deus.

² Informação reproduzida do estudo *Origem da Bíblia*, do professor Clélio M. Menezes, especialista em Estudo da Bíblia.

3.2 - A FORMAÇÃO NATURAL DA BÍBLIA

A Bíblia possui origem sobre-humana no que se refere ao seu conteúdo, mas tem uma história humana no que se refere à sua produção e preservação. Sem levar em conta a escrita já existente no período pré-mosaico, pode-se dizer que Moisés começou a registrar a revelação de Deus sob inspiração divina, e o apóstolo João escreveu a parte final da Bíblia cerca de 1.600 anos depois.

Deus, então, direcionou pessoas, circunstâncias e provisões naturais para que a formação da Bíblia acontecesse; e toda essa movimentação resultou na Palavra de Deus a que temos acesso hoje. É exatamente sobre como isso aconteceu que este capítulo trata, a partir do que se tem de registro histórico.

3.2.1 - Os Manuscritos

O que se publica hoje em um único volume foi, primeiro, uma série de textos agrupados pouco a pouco. Mas, inicialmente, a história bíblica não era imediatamente registrada por escrito; toda revelação, experiência pessoal com Deus ou testemunho dos acontecimentos era ensinado por meio da “tradição oral”, isto é, histórias, fatos e ensinamentos transmitidos de pais para filhos.

Em se tratando da revelação divina, a tradição oral era a responsabilidade que uma geração mais velha tinha de ensinar a mais nova sobre Deus, sobre sua revelação e suas experiências nesse contexto. Posteriormente, esses ensinamentos começaram a ser registrados, e foi aí que surgiram os manuscritos bíblicos.

Manuscritos são documentos escritos à mão. Tecnicamente, fala-se em “manuscritos originais” (os *autógrafos*), mas nenhum deles chegou até nós; o que se tem são cópias fidedignas cujas datas se aproximam dos períodos em que aconteceram os eventos bíblicos. Isso se deve ao fato de que muitos originais foram enterrados ou queimados segundo os costumes judaicos, após terem sido copiados, ou destruídos pelos inimigos durante as guerras e perseguições que os israelitas sofreram de tempos em tempos.

No que se refere à autenticidade de um manuscrito, em termos legais, costuma-se exigir a comparação entre cópias independentes. A existência confiável de um livro antigo pode ser demonstrada de várias formas, mesmo sem o escrito original:

- As referências a ele em outros textos da época;
- As citações, paráfrases e narrações nele encontradas, que identificam a época e a cultura;
- Os catálogos em que o livro está mencionado;
- As traduções e versões antigas;
- As cópias existentes;
- A idade e o estilo do manuscrito.

No que se refere à idade do manuscrito, esta pode ser verificada de três modos: pela forma da letra em que está escrito; pela maneira como as letras estão ligadas; e pela simplicidade ou ornamentação das letras iniciais.

- Materiais usados na confecção dos manuscritos

Da tradição oral ao último material usado no registro dos manuscritos, houve uma evolução natural. Como a revelação ocorre dentro da história da humanidade, é coerente que Deus tenha se valido do nível de conhecimento, percepção e recursos disponíveis para a escrita em cada época, sem que isso, de forma alguma, diminua o caráter sobrenatural da revelação registrada. São estes os materiais usados na confecção dos manuscritos:

Material	Descrição
Pedra	É o mais antigo material usado. No Egito, as inscrições eram feitas sobre pedra. Os textos de Êxodo 31.18 e 34.1 relatam sobre as tábuas de pedra do Testemunho. As duas primeiras foram dadas a Moisés; as outras duas foram lavradas por ele. Josué 8.30 também menciona tábuas de pedra usadas para copiar a “lei de Moisés”.
Argila	Na Assíria e na Babilônia, era o material predominante. Grandes bibliotecas de tabletas de argila foram descobertas nessa região. Ezequiel 4.1 registra uma instrução de Deus ao profeta sobre registrar os acontecimentos num tablete de argila.
Madeira	Em Isaías 30.8 e Habacuque 2.2, as tábuas mencionadas são, sem dúvida, de madeira.
Couro	O rolo (pergaminho) citado em Jeremias 36.23 era, evidentemente, um rolo de couro previamente preparado. É o que se deduz também da instrução do apóstolo Paulo a Timóteo, ao mencionar porções do Antigo Testamento em 2 Timóteo 4.13.
Papiro	Planta que crescia em abundância ao longo das margens do rio Nilo, no Egito, e na região da Palestina. Trata-se de uma cana trançada, seca e polida, escrita com carvão, goma e água. Os rolos de papiro variavam de tamanho (entre 9 e 48 metros), sendo o normal com cerca de 9 metros de comprimento e 25 centímetros de largura. Passou a ser usado por volta de 3000 a.C. Apocalipse 5.1 sugere que João teve uma visão de um rolo de papiro.
Códice	Formado por folhas de papiro reunidas em forma de livro. A partir do primeiro ou do segundo século d.C., substituiu o rolo de papiro, com a vantagem de permitir consulta

Material	Descrição
	rápida e conter mais texto. Os cristãos primitivos preferiam essa forma para fazer circular as Escrituras.
Papel	Inventado pelos chineses por volta de 200 d.C.

- Materiais usados na escrita

O instrumento usado na escrita, no caso da argila, era o estilete metálico; no caso dos textos de Israel, era a pena de cana, com a ponta afinada e partida por uma faca apropriada, usada para escrever em papiros e pergaminhos. A tinta era feita, inicialmente, de “negro-de-fumo”, pó escuro produzido pela fuligem das lâmpadas de azeite; mais tarde, passou a ser feita também de pós metálicos.

3.2.2 - As línguas usadas tanto na tradição oral quanto no registro escrito

Os exemplos mais antigos de escrita foram encontrados na antiga terra do Egito. Os babilônios, assírios e hititas usaram a escrita cuneiforme, inventada pelos sumérios. Foram encontradas, nas ruínas da Babilônia, inscrições que datam da época do rei Sargão I, que viveu cerca de 3.750 anos antes de Cristo.

O idioma falado pelos judeus era o hebraico, falado na terra de Canaã e na Fenícia; assim, a Bíblia judaica, ou Antigo Testamento, foi em parte transmitida oralmente³ e foi registrada em hebraico. Como os judeus habitavam uma região também habitada por povos que falavam o aramaico, depois do cativeiro babilônico o aramaico se tornou a língua usual e popular dos judeus, e o hebraico foi reservado à sinagoga e à escola.

Posteriormente, já no período do Império Greco-Macedônio, o grego foi usado na primeira tradução da Bíblia judaica e contribuiu, mais tarde, para a formação do Novo Testamento.

- O Hebraico e o Aramaico

Hebraico e aramaico são dialetos da língua semítica, assim chamada por derivar de Sem, filho de Noé. Constituem um ramo da grande família das línguas afro-asiáticas. A família das línguas semíticas é bem antiga, documentada desde a metade do terceiro milênio antes de Cristo, com o acádico e o eblaíta, até os dias atuais, com o árabe, o aramaico e o hebraico moderno.

Quando o Império Assírio começou a se expandir para o ocidente, por volta do século VIII a.C., o aramaico foi adotado como língua oficial, diplomática e comercial, e já era conhecido dos oficiais da corte de Judá bem antes do exílio, em

³ Afirma-se que o Antigo Testamento foi em parte transmitido oralmente em hebraico, tendo em vista a origem semítica do idioma.

701 a.C. (2Rs 18.17-37). No auge do Império Persa, o aramaico era a segunda língua no Oriente Próximo, e em alguns lugares a primeira. Ainda que, posteriormente, Alexandre Magno tenha difundido a língua grega por toda essa área, ela nunca conseguiu suprimir definitivamente o aramaico.

O termo “hebraico” para designar a língua apareceu, pela primeira vez, nos escritos gramaticais de Saadia Ben Iossef, conhecido como Saadia Gaon (882-942 d.C.), sábio judeu da diáspora árabe. Os próprios judeus provavelmente a chamavam de “língua de Canaã” (Is 19.18) e, posteriormente, de “judaico” ou “língua dos judeus” (2Rs 18.26-28; Is 26.13; 2Cr 32.18; Is 36.11; Ne 13.24), para contrastá-la com o aramaico.

O hebraico, como língua falada por uma comunidade como língua materna, desapareceu por volta de 200 d.C., após a revolta de Bar Kokba e sua derrota diante dos romanos.

- O Grego

O grego bíblico é o *Koiné*, nome recebido por ser, na época de Alexandre Magno, a língua comum a todos os povos conquistados, com o objetivo de unificar o império e substituir os dialetos gregos regionais.

O *Koiné* é mais simples que o grego clássico e mais flexível na recepção de elementos novos. A chamada *Koiné-literária* encontra-se tanto na literatura extrabíblica quanto na maioria das inscrições e alguns papiros; já a *Koiné-falada* encontra-se na maioria dos papiros e na própria Bíblia. Somente o Evangelho de Lucas e a Epístola aos Hebreus se aproximam do tipo literário.

O grego tem origem na família idiomática *indo-europeia*. O nome “Grécia” é de origem latina, derivado de *Graii*, nome que os romanos davam aos colonos de Cumas, colônia grega na Campânia. Quando o Império Ateniense foi criado, no século V a.C., ocorreu uma tendência unificadora com predominância do dialeto *ático*; posteriormente, com a conquista macedônica, adotou-se um dialeto único baseado no ático, conhecido como *Koiné*.

3.2.3 - Evolução da escrita e do manuscrito

Ao longo do tempo, não apenas o idioma mudou e não apenas os materiais usados como manuscritos foram mudando, mas também a própria forma de escrever mudou, de modo que é possível identificar três momentos na escrita e no registro dos textos bíblicos:

Período	Características
Período de Papiro (séc. I–IV)	Um dos descobrimentos mais notáveis foi o de três códices de papiro que datam do século III e contêm

Período	Características
	grande parte do Novo Testamento. Achados em 1930, foram comprados por A. Chester Beatty.
Período Uncial (séc. IV–IX)	A escrita deste período é chamada uncial, porque seus caracteres se escrevem na forma que hoje chamaríamos de letras maiúsculas.
Período Cursivo (séc. IX–XV)	A escrita uncial foi substituída pela escrita cursiva, semelhante à que usamos hoje. O valor desses manuscritos está em seu grande número, que facilita muitas comprovações do texto.

3.2.4 - Os colaboradores do registro escrito

Devido à deterioração do manuscrito original — provocada por guerras, pela destruição promovida por inimigos, pela queima ritual conforme os costumes judaicos ou simplesmente pelo desgaste do tempo — o manuscrito era substituído por uma cópia cuidadosamente executada. De século em século, produziam-se sempre novas cópias. Os homens responsáveis por esse trabalho eram os *copistas*.

Algo que impressiona os estudiosos é o zelo com que os copistas faziam seu trabalho. Eles não admitiam rasuras de espécie alguma; se, depois de pronta uma cópia, fosse constatado nela um erro, mesmo o mais simples, essa cópia era destruída e o trabalho recomeçava.

Mesmo diante de tanto cuidado, sempre houve um ou outro erro de cópia que passou despercebido — como esquecer uma palavra, escrever uma letra a mais ou trocar uma palavra de linha. Contudo, a essência da mensagem — o texto como Palavra de Deus — não mudou; e o trabalho posterior de comparação cuidadosa entre milhares de manuscritos (a chamada crítica textual, tratada na Leitura Complementar 1) permite reconstituir o texto original com um grau de precisão sem paralelo entre os documentos da Antiguidade. A história registra dois grupos principais de copistas: os *Soferim* e os *Massoretas*.

- **Soferim**

Soferim foi um grupo de escribas zelosos que realizaram o trabalho de preservação textual desde os tempos de Esdras (400 a.C.). Eram versados nas leis de Deus e nas tradições dos judeus; copiavam os textos das Escrituras, revisavam-nos e os guardavam cuidadosamente no Templo. Quando alguém precisava de uma cópia das Escrituras, tinha que copiá-la, palavra por palavra. Um dos modos que os *soferim* usavam para verificar se a cópia de um livro estava correta era anotar, ao final de cada livro, o número de parágrafos, palavras e letras — de modo que qualquer divergência indicasse a necessidade de refazer o trabalho.

- Massoretas

Entre 500 d.C. e 950 d.C., surgiu um novo grupo dedicado à preservação textual: os *massoretas* (de *Massora*, “tradição”). Temendo que se perdesse a pronúncia correta da língua, os massoretas criaram um sistema de sinais vocálicos que levou aproximadamente quinhentos anos para ser concluído. Antes deles, o hebraico era escrito apenas com consoantes, o que tornava a leitura, a recitação e o canto mais difíceis, embora ainda possíveis. Os massoretas corrigiram os erros dos soferim e conferiram, minuciosamente, em cada cópia, a frequência de todas as palavras do texto bíblico, contribuindo de forma extraordinária para a confiabilidade do *texto massorético* até hoje.

Esses copistas — soferim e massoretas — tinham tal respeito pelo texto sagrado, e tão grande cuidado em não alterá-lo, que, antes de iniciar a cópia de qualquer parte da Bíblia, contavam o número de palavras e letras nele contidos.

- O trabalho dos copistas

Além de copiar, os copistas se dedicavam a comparar manuscritos, identificar e corrigir erros evidentes de transmissão, e distinguir entre textos que continham apenas erros de cópia e textos que, de fato, não faziam parte do que fora reconhecido como inspirado por Deus.

É muito importante perceber que a Bíblia não é um livro comum, por se tratar da Palavra de Deus! O próprio Deus escolheu inspirar pessoas para também transmitir e preservar sua revelação — a inspiração, nesse caso, não se restringiu à recepção da revelação, mas incluiu o cuidado de compartilhá-la e preservá-la. O processo de transmissão não foi miraculoso no sentido de dispensar meios humanos, mas foi soberanamente conduzido por Deus através de meios naturais — o que, longe de diminuir a mão de Deus na história da formação da Bíblia, revela sua soberania sobre toda a realidade criada, natural e sobrenatural.

Encerra-se aqui a seção “Bíblia: o Texto, o Livro”, cujo objetivo foi apresentar, de forma introdutória, as Sagradas Escrituras na forma de livro. A próxima seção trata do conteúdo desse livro.

4 - BÍBLIA: A LITERATURA

4.1 - ESTILO E GÊNERO LITERÁRIO DA BÍBLIA

Entre todos os tipos de leitores da Bíblia, destacam-se dois grupos: os que entendem que a Bíblia é um livro tão diferente que chega a ser incomparável, sem que haja como estudá-la ao lado de qualquer outro tipo de literatura; e os que vão ao extremo oposto, colocando a Bíblia no mesmo nível das demais literaturas antigas, a ponto de esvaziar sua natureza divina.

Não é correto isolar o texto bíblico de todo o contexto literário em que foi produzido, mas também não é correto colocar o conteúdo bíblico no mesmo nível de literaturas não reveladas e não inspiradas. É necessária uma postura equilibrada de pesquisa. Este capítulo, único da seção, tem por objetivo mostrar esse equilíbrio, indicando que a Bíblia pode ser mais bem entendida — e mais plenamente apreciada como Palavra de Deus — quando examinada à luz dos cenários históricos de sua formação. Isso significa conhecer, ao menos em linhas gerais, os escritos que existiam antes e durante a composição dos textos sagrados.

4.1.1 - A Literatura nos tempos bíblicos

Os textos bíblicos foram produzidos em épocas diferentes: num primeiro momento, predominam textos com estrutura mais simétrica, próxima da literatura que fazia parte da cultura mesopotâmica, da qual proveio Abraão. Posteriormente, encontram-se textos com estilos mais sensíveis e criativos, característicos da cultura egípcia, da qual proveio Moisés.

Antes da literatura bíblica, já existiam outros tipos de literatura no antigo Oriente Próximo.⁴ Entre as tabuinhas de argila encontradas na antiga cidade de Ebla, descobriu-se registros que remontam a um período anterior a Abraão em cerca de quatrocentos anos. Também foram encontradas, em escavações arqueológicas, tabuinhas de argila que datam de 1750 a.C., em Nipur, na antiga região da Babilônia; entre elas, há um catálogo de literatura datado de 2000 a.C.

Igualmente, o hieróglifo egípcio foi desenvolvido por volta de 3000 a.C.; os escribas babilônicos e assírios tomaram emprestados os ideogramas sumérios e os adaptaram para registrar seu idioma semítico, o acádio. Em meados do segundo milênio a.C., os cananeus, na região de Ugarite, simplificaram a escrita cuneiforme

⁴ Entre os documentos não bíblicos mais antigos conhecidos estão o Código de Hamurabi, posterior à lei mosaica, e os códigos de Eshnuna, Ur-Namu e Lipite-Istar, ainda mais antigos. Conferir Milton Fisher, “A Literatura nos Tempos Bíblicos”, em *A Origem da Bíblia*.

em um alfabeto de trinta letras, enquanto os fenícios criaram um alfabeto linear, usado pelos hebreus e mais tarde levado à Europa.

Milhares de tabuinhas de argila foram encontradas na Biblioteca Real de Nínive, datando de 650 a.C., período do reinado assírio de Assurbanípal, contendo cópias de composições literárias ainda mais antigas, da época dos sumérios — entre elas, a narrativa da criação do mundo chamada *Enuma Elish* e a versão babilônico-assíria do grande dilúvio, parte do épico de Gilgamés.

4.1.2 - A influência da Antiga Literatura sobre a Bíblia

Quando esses achados arqueológicos são comparados com os textos da Bíblia, obtém-se um quadro dos estilos literários que vigoravam entre os povos antigos. Entre a cultura sumério-acadiana e a cultura egípcia localizavam-se os cananeus, cuja literatura, em língua semelhante ao hebraico bíblico, é a que mais se aproxima da própria Bíblia. Há também registros de escritos moabitas, aramaicos e fenícios que demonstram o quanto a literatura antiga do Oriente Próximo está próxima da literatura hebraica.

O material usado na confecção dos textos mudou com o tempo, e a própria escrita evoluiu, dos ideogramas para os alfabetos fonéticos. É natural, portanto, que os textos bíblicos também tenham recebido a influência dessas convenções literárias e linguísticas de sua época, no que se refere à *forma* de expressão.

É importante compreender que essas influências de forma não minimizam a revelação, pois esta está no *conteúdo*, e não no estilo humano de expressão. O conteúdo da Bíblia apresenta o Deus Criador de todas as coisas, entrando na história, revelando-se ao ser humano e salvando e resgatando pessoas para o seu Reino. Ainda que os autores bíblicos tenham feito uso de convenções literárias, materiais de escrita e até expressões de idiomas vizinhos para registrar a divina revelação, isso em nada alterou sua confiabilidade nem sua infalibilidade: ela continua sendo, integralmente, a Palavra de Deus, viva e eficaz (Hb 4.12), tão atual e poderosa hoje quanto no dia em que foi escrita.

A relação entre os escritos não bíblicos e os bíblicos, portanto, está no modo de expressão, não no conteúdo revelado. Tanto o Antigo quanto o Novo Testamento não estão isolados dos tipos, expressões e estilos normais de sua época; mas o conteúdo bíblico, como mensagem a ser transmitida, é absolutamente independente do conteúdo desses outros escritos — porque o conteúdo bíblico é divino.

4.1.3 - Entendendo o gênero literário bíblico: comparação entre textos não bíblicos e bíblicos

Ao comparar textos bíblicos e não bíblicos da mesma época, descobre-se que os narradores bíblicos, sob a inspiração do Espírito, souberam construir histórias com

começo, meio e fim, ricas em técnicas como a ironia dramática, os anúncios de acontecimentos e o clímax narrativo. Os poetas bíblicos souberam compor salmos de louvor com três partes principais — introdução, desenvolvimento e resolução — e salmos de lamentação com cinco divisões — invocação, lamentação, petição, declaração de confiança em Deus e promessa de louvor. Esses poetas dominavam recursos como a metáfora, a personificação, a apóstrofe e a hipérbole.

Os escritos bíblicos revelam, assim, uma sofisticação literária equiparável à de outros registros das épocas antigas.⁵ Isso se confirma quando se compara, por exemplo, o modo de escrever poesia no antigo Oriente Próximo com as poesias do livro dos Salmos. O formato escolhido por Deus para revelar a si mesmo e o seu relacionamento com Israel ajustou-se, com sabedoria, ao padrão da sociedade contemporânea a cada autor bíblico — o que mostra que a Bíblia foi providenciada por Deus para ser compreendida e vivida pelos povos que a receberam, e por nós hoje.

⁵ Isso não coloca a Bíblia em pé de igualdade de conteúdo com os demais livros antigos. Ao contrário: a Bíblia é inspirada por Deus e traz a revelação especial de Deus para nós; apenas se reconhece que ela também possui uma face humana, produzida com os recursos literários disponíveis em cada época, sem que isso diminua sua origem e autoridade divinas.

5 - CÂNON: O CONJUNTO DE LIVROS INSPIRADOS POR DEUS

5.1 - O CÂNON

Tratar do Cânon Bíblico é lidar com o assunto de maior relevância para todos os cristãos, pois este é o ponto que mais pode unir — ou desunir — a Igreja. A união vem de reconhecer que cada livro que compõe a Bíblia foi inspirado por Deus; a divisão pode surgir quando a questão é *quais* livros foram inspirados. É interessante notar que o cânon oficial que temos hoje foi confirmado ao longo de um processo histórico: no início da Igreja não havia uma lista formalmente publicada, embora os cristãos já reconhecessem, na prática, quais escritos tinham autoridade apostólica e profética.

Este capítulo apresenta informações históricas e teológicas sobre a formação do Cânon Bíblico, para que o estudante se familiarize com as práticas da Igreja antiga e conheça melhor o conteúdo que crê e afirma ser “Palavra de Deus”.

5.1.1 - Conceito de Cânon e a história que motivou a formação oficial do Cânon

A palavra *cânon* é a tradução do grego *kanon*, originado do termo hebraico *caneh*, instrumento de medida, uma vara de junco ou caniço. A palavra passou a ser usada nos círculos cristãos no século IV, significando o princípio da reta doutrina ou da fé comum, sendo, por esse motivo, aplicada ao catálogo das Escrituras Sagradas.

Os primeiros cristãos eram judeus; por isso, o cristianismo nunca ficou sem um cânon ou uma Escritura, mesmo que essa fosse, a princípio, apenas o Antigo Testamento. Como as esperanças e os planos da antiga aliança se realizaram em Jesus, as primeiras comunidades cristãs interpretavam as Escrituras já à luz do seu cumprimento, e faziam uso, também, dos textos que viriam a compor o Novo Testamento.

Logo desenvolveram um modo de interpretação que identificava Jesus e a mensagem cristã em todo o corpo das Escrituras Sagradas da época, e assim permaneceu até o século III, quando a Igreja já contava com estudiosos capazes de demonstrar que o Antigo Testamento se cumpriu em Jesus.

Ainda assim, não havia, de início, uma definição fechada sobre quais livros pertenciam às Escrituras, nem sobre como deveriam ser incluídos os novos livros do Novo Testamento no conjunto das Escrituras sagradas. Sabe-se que, depois da guerra travada por Antíoco Epifânio, rei da Síria, contra os judeus, no período da revolta dos Macabeus, Judas Macabeus reuniu os livros espalhados pela guerra — ato que teve papel importante na consolidação do conjunto de livros do Antigo Testamento já reconhecido e citado por Jesus.

Os cristãos da Palestina, isto é, os judeus cristãos, reconheciam um conjunto que corresponde aos 39 livros do Antigo Testamento; já entre os cristãos de fala grega, a oeste da Palestina, havia maior disposição para incluir, também, alguns escritos posteriores como leitura edificante — questão que seria decisivamente esclarecida mais adiante.

Desde o início do cristianismo, os cristãos contavam com outras literaturas, além do Antigo Testamento, para orientar sua fé: os escritos produzidos pelos apóstolos e por discípulos diretos dos apóstolos. Nunca houve problema em se valer, por exemplo, das “memórias dos apóstolos” como leitura edificante, até que, por volta do ano 140 d.C., Márcion, rico proprietário de navios de Sínope, chegou a Roma. Embora filho de bispo, Márcion aderiu aos ensinamentos de Cerdo, mestre gnóstico que ensinava que o Deus do Antigo Testamento era diferente do Deus e Pai de Jesus Cristo.

Márcion levou adiante essa ideia herética, afirmando que o Deus do Antigo Testamento era irado e autor do mal, e que apenas o Deus revelado por Jesus era um Deus de graça e amor. Rejeitou, por isso, todos os livros do Antigo Testamento e os textos do Novo Testamento que julgou “favorecerem” os judeus, restando-lhe apenas uma versão mutilada do Evangelho de Lucas e dez cartas de Paulo. O erro de Márcion forçou a Igreja a definir, com mais urgência, uma lista oficial para o Novo Testamento e a reafirmar, com clareza, a inspiração e a autoridade permanente do Antigo Testamento.

Um segundo desafio surgiu entre os anos 156 e 172 d.C., com Montano, da Ásia Menor. Ele e suas duas profetizas, Prisca e Maximila, passaram a profetizar em nome do Espírito, anunciando uma iminente segunda vinda de Jesus, e ensinando que o tempo do Antigo Testamento e até o período apostólico centrado em Jesus já haviam sido superados por essas novas revelações. O erro de Montano não estava em crer que o Espírito Santo ainda opera com poder na Igreja — a Igreja primitiva também cria e vivia isso, como o próprio livro de Atos demonstra —, mas em pretender que novas profecias e revelações substituíssem, corrigissem ou tivessem autoridade igual à do evangelho apostólico já estabelecido, colocando Cristo e a mensagem apostólica em segundo plano.⁶

⁶ Isso não significa que a Igreja tenha deixado de crer no poder do Espírito Santo; a diferença é que os cristãos, ao contrário dos montanistas, entendiam que o Espírito capacitou homens para escrever os textos bíblicos e, depois, para entender, interpretar e aplicar o que fora escrito — jamais para anular ou substituir os Evangelhos e a mensagem apostólica.

Nota doutrinária. É comum que críticos comparem, de forma equivocada, o pentecostalismo moderno ao montanismo antigo. A diferença é fundamental: o movimento pentecostal crê, como a Igreja de todos os séculos, que a Bíblia é a Palavra final e suficiente de Deus, com o cânon já encerrado; a manifestação atual dos dons do Espírito (profecia, línguas, cura, entre outros) opera sempre em submissão às Escrituras, para edificação da Igreja, e nunca com a pretensão de acrescentar, substituir ou corrigir o que já está definitivamente revelado na Bíblia (1Co 14.3,29; Ap 22.18-19). Foi exatamente esse mesmo princípio — o evangelho apostólico como fundamento imutável — que a Igreja usou para rejeitar tanto o erro de Márcion quanto o de Montano, mantendo o Antigo Testamento e reconhecendo como Escritura somente os textos de origem apostólica.⁷

A Igreja restaurou as cartas pastorais, unindo-as ao restante das cartas paulinas, uniu a obra de Paulo aos quatro Evangelhos por meio dos Atos dos Apóstolos, e manteve o Antigo Testamento como parte inseparável das Escrituras Sagradas.

A definição da lista oficial dos livros não ficou pronta de imediato; a Igreja precisou de quase quatro séculos para reconhecer, de forma consensual e pública, o cânon já em uso. A partir de 190 d.C., as igrejas passaram a reunir, de modo mais formal, as Escrituras cristãs às Escrituras judaicas, entendendo que uma cumpre o que a outra prometeu. Depois de algumas tentativas, surgiu a primeira lista completa como a conhecemos hoje, escrita em 367 d.C. pelo bispo de Alexandria, Atanásio. Pouco tempo depois, os concílios de Hipona (393 d.C.) e Cartago (397 d.C.), no norte da África, confirmaram publicamente essa mesma lista. Para se chegar a esse resultado, foi necessária a canonização, isto é, o reconhecimento, com base em critérios claros, de quais livros já eram tidos pela Igreja como inspirados.

5.1.2 - Critérios para a Canonização

Resumidamente, os critérios reconhecidos para a canonicidade dos livros do Antigo Testamento foram:

- Escritos na Língua Sagrada (hebraico).
- Originados e compostos na Palestina, e não em terras estrangeiras.
- Estarem de acordo com a Lei de Moisés.
- Serem considerados inspirados pela maioria dos pais da Igreja.

⁷ Nota do editor desta apostila, elaborada para esclarecer a distinção teológica entre o testemunho pentecostal quanto à continuidade dos dons do Espírito e o erro histórico do montanismo.

- Terem sido escritos ou editados por um autor humano que fosse profeta, discípulo de profeta, ou alguém reconhecidamente enviado por Deus para falar em seu nome.
- Serem autênticos, com registro comprovadamente verídico dos fatos.

Resumidamente, os critérios reconhecidos para a canonicidade dos livros do Novo Testamento foram:

- Inspiração: depois de lido, o livro era avaliado pelo próprio conteúdo.
- Universalidade: escrito para todas as pessoas da época, deveria ser conhecido e aceito por todas as igrejas.
- Apostolicidade: deveria ter fonte apostólica, ou de assessor direto de um apóstolo.
- Coerência doutrinária: por ser de origem apostólica, deveria estar em coerência com o restante da doutrina já recebida.
- Confirmação pelo testemunho dos judeus, da Igreja Cristã ao longo do tempo, dos concílios e das versões mais antigas.
- No caso dos Evangelhos: manter o padrão apostólico de doutrina, particularmente quanto à encarnação de Cristo, e serem, de fato, um evangelho completo — não meras porções, como tantas que circulavam naquele tempo.

Acompanhe no quadro a seguir as mudanças no reconhecimento do cânon do Novo Testamento ao longo do tempo:

Período	Contexto / Referência	Livros reconhecidos ou utilizados	Livros discutidos, adicionais ou excluídos
100 d.C.	Diferentes partes do Novo Testamento oficial foram escritas nessa época, mas posteriormente coletadas e definidas como Escrituras.	As cartas de Paulo foram coletadas no final do século I. Mateus, Marcos e Lucas foram reunidos por volta do ano 150 d.C.	—
200 d.C.	NT adotado no Cânon de Muratori, na Igreja de Roma.	Quatro Evangelhos; Atos; Cartas de Paulo: Romanos, 1 e 2 Coríntios, Gálatas, Efésios, Filipenses, Colossenses, 1 e 2 Tessalonicenses, Tito e Filemom; Cartas Universais: Tiago, 1 e 2 João, Judas e Apocalipse de João.	Também aparecem Apocalipse de Pedro e Sabedoria de Salomão. Pastor de Hermas: usado nos cultos privados.
250 d.C.	NT adotado por Orígenes.	Quatro Evangelhos; Atos; Cartas de Paulo: Romanos, 1 e 2 Coríntios, Gálatas, Efésios, Filipenses, Colossenses, 1 e 2 Tessalonicenses, Tito e Filemom; Cartas Universais: 1 Pedro, 1 João e Apocalipse de João.	Discutidos: Hebreus, Tiago, 2 Pedro, 2 e 3 João, Judas, Pastor de Hermas, Carta de Barnabé, Ensino dos 12 Apóstolos e Evangelho dos Hebreus.
300 d.C.	NT adotado por Eusébio.	Quatro Evangelhos; Atos; Cartas de Paulo: Romanos, 1 e 2 Coríntios, Gálatas, Efésios, Filipenses, Colossenses, 1 e 2 Tessalonicenses, Tito e Filemom; Cartas Universais: 1 Pedro, 1 João e Apocalipse de João (autoria duvidosa).	Discutidos: Tiago, 2 Pedro, 2 e 3 João e Judas.
400 d.C.	NT firmado no Concílio de Cartago, no Ocidente.	Quatro Evangelhos; Atos; Cartas de Paulo: Romanos, 1 e 2 Coríntios, Gálatas, Efésios, Filipenses, Colossenses, 1 e 2 Tessalonicenses, 1 e 2 Timóteo, Tito e Filemom; Cartas Universais: Hebreus, Tiago, 1 e 2 Pedro, 1, 2 e 3 João, Judas e Apocalipse de João.	A serem excluídos: Pastor de Hermas, Carta de Barnabé, Evangelho dos Hebreus, Apocalipse de Pedro, Atos de Pedro e Didaquê.

Quadro 1 — O reconhecimento do cânon do Novo Testamento ao longo do tempo

5.1.3 - A formação do Antigo Testamento

O Antigo Testamento apresenta uma rica história de formação, sem que isso implique qualquer dúvida quanto à sua autoria tradicional ou à sua inspiração plena.⁸ Os cinco primeiros livros — o Pentateuco, ou *Torá* — foram escritos por Moisés, sob a direção do Espírito de Deus, no período do Êxodo e da peregrinação no deserto, com base em registros, memórias e tradições patriarcais que remontam a Abraão e que já circulavam, em parte, de forma oral e escrita, antes dele. É essa a autoria reconhecida pelo próprio Senhor Jesus, que se referiu repetidamente “à Lei de Moisés” como um corpo já definido e escrito (Lc 24.44; Jo 5.46-47; Mc 12.26).

Depois de Moisés, Deus levantou, ao longo dos séculos, uma sucessão de profetas — muitos deles identificados pela tradição judaica e cristã, como Josué, Samuel, Jeremias e Esdras — que registraram, cada um em seu próprio tempo, a história de Israel e as mensagens proféticas que o Senhor lhes confiava: os livros históricos (de Josué a Ester), os livros poéticos e sapienciais (Jó, Salmos, Provérbios, Eclesiastes, Cantares) e os livros proféticos (de Isaías a Malaquias). Cada um desses livros foi concluído, como unidade completa e inspirada, no próprio tempo do seu autor — não centenas de anos depois, por comunidades anônimas de editores, como sugerem algumas teorias de orientação liberal já mencionadas no item 3.1.2 desta apostila, e que aqui, novamente, se rejeitam por partirem da negação da possibilidade da profecia sobrenatural.

Um exemplo importante é o episódio do rei Josias (2Rs 22–23; 2Cr 34), no século VII a.C.: durante a restauração do Templo, o sacerdote Hilquias encontrou “o livro da Lei”. A leitura atenta do texto bíblico mostra que se trata do *reencontro* de um exemplar da Lei de Moisés que havia sido perdido de vista durante os reinados idólatras anteriores — e não da composição de um livro novo naquele momento, como sustentam algumas teorias críticas. O achado provocou em Josias um profundo temor e arrependimento justamente porque ele reconheceu, no texto, a autoridade de uma Lei antiga, já conhecida e há muito negligenciada pelo povo.

Depois que os últimos profetas do Antigo Testamento concluíram seu ministério, por volta do tempo de Esdras e Neemias (século V a.C.), o próprio Esdras — “escriba versado na Lei de Moisés” (Ed 7.6) — teve papel central em reunir, organizar e confirmar oficialmente, junto com a Grande Assembleia, o conjunto de livros já reconhecidos pelo povo de Deus como inspirados: a Lei, os Profetas e os

⁸ Esta seção foi integralmente reescrita, em relação a apostilas anteriores baseadas em obras de orientação crítico-liberal, para refletir a posição conservadora tradicional quanto à autoria mosaica do Pentateuco e à formação profética do Antigo Testamento, adotada por esta instituição pentecostal de ensino.

Escritos. Esdras não foi autor nem editor criativo desses textos, mas o compilador fiel que reuniu, sob a direção do Espírito, aquilo que Deus já havia inspirado, através dos séculos, por meio de seus profetas.

O resultado desse processo é o conjunto que os judeus chamam de *Torah* e os cristãos, de Pentateuco, ao qual se somaram, com o tempo, os livros históricos, poéticos e proféticos, todos já concluídos e reconhecidos como Escritura muito antes do fim do primeiro século depois de Cristo, quando surgiram as primeiras discussões formais sobre a lista oficial completa.

5.1.4 - A formação do Novo Testamento

O Novo Testamento foi escrito num período de cerca de 50 anos. Os primeiros documentos oficiais escritos entre os cristãos foram as cartas de Paulo, tratando de questões imediatas, locais e muitas vezes pessoais, apresentadas de forma direta e vigorosa; foram escritas entre 50 e 62 d.C. Os Evangelhos foram produzidos, em sua maior parte, entre 60 e 90 d.C.

O interesse por reunir as cartas paulinas cresceu especialmente depois que o livro de Atos, com sua notável descrição do ministério de Paulo, impulsionou a Igreja a buscar e publicar essas cartas, endereçadas a diferentes igrejas. Esse conjunto foi reunido depois do surgimento de Atos e antes que o Apocalipse de João ficasse pronto.

O Evangelho de Marcos, escrito sob a assistência apostólica de Pedro, é reconhecido por muitos estudiosos como o primeiro dos quatro a ser registrado por escrito, por volta da época da queda de Jerusalém, em 70 d.C.; o Evangelho de Mateus foi escrito por volta de dez anos depois, e os dois volumes de Lucas — o Evangelho e Atos — também nesse período. Mateus e Lucas, cada um sob inspiração própria e com acesso a testemunhas oculares e a fontes apostólicas fidedignas (Lc 1.1-4), beneficiaram-se do relato já circulante de Marcos ao redigir seus próprios registros, complementares e harmônicos entre si. Na virada do primeiro para o segundo século, o apóstolo João escreveu o quarto Evangelho, com o propósito de aprofundar a revelação da divindade de Cristo. Essa é a base escriturística da qual se beneficiaram os cristãos dos primeiros séculos, até que a lista oficial completa fosse reconhecida, poucos séculos mais tarde.⁹

Os esclarecimentos sobre o cânon dados neste capítulo, mesmo introdutórios, ajudam o estudante a superar uma visão ingênua de que a Bíblia surgiu pronta, sem qualquer processo histórico de reconhecimento por parte da Igreja — sem que

⁹ É interessante notar que, mesmo antes de a lista oficial estar pronta, não havia problema para os cristãos primitivos reconhecerem, na prática, a autoridade dos escritos apostólicos que já circulavam entre as igrejas.

isso, de modo algum, ponha em dúvida sua inspiração plena e sua origem divina. O lado humano desse processo de reconhecimento não foi resolvido do dia para a noite; mas é exatamente diante desse contexto que o estudante de Bibliologia pode perceber a poderosa mão de Deus conduzindo a história e a Igreja, até o resultado final em que podemos afirmar, sem sombra de dúvida, que todo o conjunto de 66 livros é inspirado por Deus. O próximo capítulo trata do “outro lado da mesma moeda” neste processo de canonização: a literatura apócrifa.

5.2 - LIVROS APÓCRIFOS

Enquanto os judeus da Palestina limitavam o conteúdo de suas Escrituras aos livros hoje conhecidos como Antigo Testamento, os judeus de fala grega que viviam no Egito produziram escritos históricos e religiosos adicionais — em parte, traduções de obras da literatura hebraica; em parte, ampliações de livros veterotestamentários, como Ester e Daniel. Esses livros apócrifos, como são popularmente chamados, se espalharam através da versão grega da Bíblia.

A palavra *apócrifo* vem do adjetivo grego *apokryphos*, que significa “oculto”. A terminologia é usada para designar essas outras literaturas, que a Igreja sempre entendeu não terem sido inspiradas por Deus. São eles: 1º e 2º Esdras, Tobias, Judite, Adições a Ester, Oração de Manassés, Epístola de Jeremias, Livro de Baruque, Eclesiástico, Sabedoria de Salomão, 1º e 2º Macabeus, e as Adições a Daniel (Oração de Azarias, Cântico dos Três Hebreus, e Bel e o Dragão).

5.2.1 - A trajetória dos Apócrifos pela história

Os Apócrifos são livros presentes em algumas Bíblias, entre os dois Testamentos. Originaram-se entre os séculos III e I a.C., a maioria de autor incerto, e foram acrescentados à Septuaginta, tradução grega do Antigo Testamento feita naquele período. Não foram escritos no hebraico do Antigo Testamento e foram produzidos depois de terem cessado as profecias e a revelação direta em Israel.

Nunca foram reconhecidos pelos judeus como parte das Escrituras hebraicas; nunca foram citados por Jesus, nem por qualquer outro escritor do Novo Testamento; e enfrentaram sérias objeções, quanto à sua autoridade canônica, já na Igreja Primitiva. Quando a Bíblia foi traduzida para o latim, no segundo século depois de Cristo, seu Antigo Testamento foi baseado, não no hebraico, mas na versão grega — e foi dela que esses livros apócrifos chegaram à Vulgata latina, versão que se tornou comum na Europa Ocidental até a Reforma.

Os protestantes, fundamentando seu movimento na autoridade divina exclusiva da Palavra de Deus, rejeitaram esses livros apócrifos como não pertencentes a essa Palavra — do mesmo modo que a Igreja Primitiva e os próprios hebreus antigos já haviam feito. A Igreja romana, entretanto, no Concílio de Trento, em 1545 d.C., convocado para conter o avanço do movimento protestante, declarou canônicos tais livros, que ainda figuram nas versões da Bíblia Católica Romana. A Igreja pentecostal, como toda a tradição evangélica, permanece firme na posição histórica e bíblica: apenas os 66 livros do cânon protestante são Escritura inspirada e infalível.

5.2.2 - O valor dos Apócrifos e por que não foram aceitos no cânon

Não se pode afirmar que esses livros não têm nenhum valor — isso não seria verdade. Possuem valor histórico e cultural real, embora não como Escritura.

Ajudam a preencher a lacuna histórica entre Malaquias e Mateus, e ilustram a situação religiosa do povo de Deus naquele período.

Nenhum desses livros foi encontrado dentro do cânon hebraico; um estudo da história do cânon dos judeus da Palestina revela ausência completa de referências a eles. O historiador judeu Flávio Josefo afirma que os profetas escreveram desde os dias de Moisés até Artaxerxes, e que a história escrita depois de Artaxerxes não teve a mesma autoridade profética, porque não houve mais sucessão de profetas a partir daquela época.

Os apócrifos não constam no texto dos massoretas, nem parece ter havido *Targuns* (paráfrases ou comentários judaicos da Antiguidade) ligados a eles. Todos foram escritos depois que a profecia cessou em Israel, e nenhum deles se declara mensagem direta de Deus ao ser humano. Do ponto de vista de conteúdo, os apócrifos apresentam diversos erros históricos e cronológicos — por exemplo, Baruque 1.1 diz que o autor está na Babilônia, enquanto Jeremias 43.6 diz que ele está no Egito; e o livro de Tobias contém contradições internas de datas e fatos (Tb 1.4-5 e 14.11). Judite e Tobias, além disso, apresentam episódios e ensinamentos — como salvação pelas obras, encantamentos e magia — incompatíveis com a doutrina bíblica (Tb 12.9; Jt 9.10,13).

O fator decisivo, porém, é que Cristo e seus discípulos nunca reconheceram esses livros como canônicos, pois jamais os citaram como Escritura.

5.2.3 - Definições teológicas para distinguir os livros canônicos dos livros apócrifos

Além da diferença entre a Bíblia judaica (somente o Antigo Testamento) e a Bíblia cristã, existe também, dentro do próprio cristianismo, uma diferença entre a Bíblia católica romana e a Bíblia evangélica. Para distinguir o conjunto de livros hebraicos inspirados do conjunto de livros que fazem parte do “cânon” da Igreja romana, mas que a tradição evangélica-pentecostal não reconhece como inspirados, existem algumas definições teológicas:

- **Canônico:** livro reconhecido pela Igreja como inspirado por Deus.
- **Protocanônico** (proto = “primeiro”): os 39 livros do Antigo Testamento aceitos tanto pelos judeus quanto pelos cristãos, sem disputa.
- **Deuterocanônico** (deutero = “segundo”, isto é, que vem depois): livros aceitos pela tradição alexandrina e, posteriormente, pelo catolicismo romano, mas não reconhecidos como Escritura pela tradição evangélica.

Mesmo não fazendo parte da lista oficial de livros inspirados, se o estudante tiver acesso aos livros apócrifos, certamente enriquecerá seu conhecimento histórico sobre o período entre os Testamentos. Eles não têm valor doutrinário para a fé e a

prática cristãs, mas guardam valor histórico e cultural que não deve ser desprezado.

Encerra-se aqui mais uma seção, e com ela tudo o que é possível conhecer, de forma introdutória, sobre a Bíblia em termos estruturais. A próxima seção trata da relação entre a Bíblia e a História, mostrando como se deu sua preservação e transmissão até chegar até nós.

6 - A BÍBLIA E O TEMPO

6.1 - A HISTÓRIA DAS VERSÕES: DOS PRIMÓRDIOS ATÉ COMO A BÍBLIA CHEGOU A NÓS

É realmente emocionante pensar em como Deus conduziu a história, preservando o conteúdo bíblico até que o cânon fosse plenamente reconhecido — e mais emocionante ainda descobrir que, mesmo antes da lista oficial, pessoas e comunidades que tiveram contato com a revelação de Deus fizeram uso de algum tipo de literatura sagrada, em traduções e versões que foram usadas em confissões de fé nas mais variadas culturas. Ao observar essas atitudes, contemplamos a mão de Deus promovendo a preservação dos textos sagrados até chegarem ao nosso tempo.

6.1.1 - As versões antigas dos escritos bíblicos

Entre a era pré-cristã e os primeiros séculos da era cristã, algumas tradições de tradução foram produzidas e reproduzidas. São elas:

Versão	Descrição
O Pentateuco Samaritano	Um conjunto de livros da Lei foi tomado pelos samaritanos, contribuindo para a formação do Pentateuco Samaritano por volta do ano 100 a.C. Essa comunidade jamais aceitou os Profetas e os Escritos de Sabedoria incluídos nos cânones judaico e cristão — apenas o Pentateuco. A origem do grupo samaritano remonta a um problema na família de um sacerdote judeu, cujo filho, ao se casar com uma mulher estrangeira, foi expulso da comunidade judaica; Sanballat, seu sogro, construiu então um templo no Monte Gerizim, próximo a Siquém.
A Septuaginta	A mais famosa das traduções gregas do Antigo Testamento é a dos “Setenta”, chamada Septuaginta (LXX), assim denominada por tradição segundo a qual teria sido produzida por setenta e dois sábios judeus em Alexandria, por ordem do rei Ptolomeu Filadelfo (285-247 a.C.). A comunidade judaica no Egito falava grego, e não hebraico, de modo que uma tradução se fez necessária. O Pentateuco da Septuaginta foi traduzido no Egito, encerrando-se a tradução no século III a.C.; o restante do Antigo Testamento foi traduzido ao longo de um período mais extenso.
A Hexapla	Orígenes, em 228 d.C., compôs uma versão em seis colunas, contendo a Septuaginta e outras três traduções gregas — de Áquila do Ponto (130 d.C.), Teodócio de Éfeso

Versão	Descrição
	(160 d.C.) e Símaco de Samaria (218 d.C.) —, além do texto hebraico e sua transliteração para o grego. Daí o nome <i>Hexapla</i> .
A Versão Siríaca	Também chamada <i>Peshita</i> (“simples”), a tradução para o siríaco (dialeto do aramaico) ocorreu nos primeiros séculos da era cristã e era usada na Igreja siríaca. Partes do Pentateuco parecem depender do targum palestino, com influência também da Septuaginta.
As Versões Latinas	Foram necessárias no norte da África e no sul da Gália, onde o latim era língua dominante desde antes de Jesus. Foram baseadas na Septuaginta, até que a Vulgata, versão latina completada por Jerônimo a pedido do papa Dâmaso I, tomasse seu lugar — em parte com base no texto hebraico, em parte nos textos gregos. “Vulgata” significa “aceita pelas pessoas comuns”, ou “popular”.

6.1.2 - A Bíblia em língua portuguesa

- Período das traduções incompletas

Dom Dinis (1279-1325), rei português, foi a primeira pessoa a traduzir para a língua portuguesa o texto bíblico, tendo como base a Vulgata; conseguiu traduzir apenas os vinte primeiros capítulos de Gênesis, mas seu esforço o coloca numa posição histórica anterior a alguns dos primeiros tradutores da Bíblia para outros idiomas, como John Wycliffe, que só em 1380 traduziu as Escrituras para o inglês.

Dom João I (1385-1433) também contribuiu para a tradução da Bíblia para o português, encarregando padres da tradução dos Evangelhos, de Atos e das cartas de Paulo, e traduzindo pessoalmente o livro dos Salmos. Como ainda não existia a imprensa, os livros eram produzidos de forma manuscrita, em pergaminho, o que tornava sua circulação lenta e cara.

No século XV, o frei Bernardo, da Abadia de Alcobaça, traduziu o Evangelho de Mateus e porções de outros Evangelhos; e em 1495 surgiu, em Lisboa, a primeira harmonia dos Evangelhos em português, organizada pelo cronista Valentim Fernandes.

- Período das traduções completas

Coube a João Ferreira de Almeida a tarefa de traduzir, pela primeira vez, todo o Antigo e o Novo Testamento para o português. Nascido em 1628, perto de Lisboa, mudou-se aos doze anos para a Batávia (atual Jacarta), na Indonésia, onde teve sua experiência de conversão do catolicismo ao protestantismo, após a leitura de um folheto evangélico.

Aos dezesseis anos, iniciou a tradução da Bíblia para o português; por conhecer o hebraico e o grego, beneficiou-se dos manuscritos originais, além das traduções holandesa, francesa, italiana, espanhola e latina. Em 1676, concluiu a tradução do Novo Testamento, publicada em 1681. Logo depois, iniciou a tradução do Antigo Testamento, mas faleceu em 1691, tendo chegado apenas até Ezequiel 41.21. Em 1748, o pastor Jacobus op den Akker retomou o trabalho, e, em 1753, foi impressa a primeira Bíblia completa em língua portuguesa, em dois volumes — concluindo o inestimável legado de João Ferreira de Almeida, ainda hoje a base da versão mais usada nas igrejas evangélicas e pentecostais de língua portuguesa.

6.1.3 - A Bíblia no Brasil

Hoje temos, no Brasil, muitas versões da Bíblia, tanto estrangeiras traduzidas quanto produzidas aqui.

- Período das traduções incompletas

Em 1847, foi publicado, em São Luís do Maranhão, o primeiro texto bíblico traduzido no Brasil — o Novo Testamento na versão *Nazaré*, pelo frei Joaquim de Nossa Senhora de Nazaré, baseado na Vulgata.

Em 1879, a Sociedade de Literatura Religiosa e Moral do Rio de Janeiro publicou a primeira *Edição Brasileira do Novo Testamento de Almeida*, revisada por estudiosos e por pastores evangélicos, entre eles Alexandre Blackford, agente da Sociedade Bíblica Americana no Brasil. Nas décadas seguintes, surgiram diversas traduções parciais, de diferentes tradutores e tradições.

- Período das traduções completas

Em 1902, as Sociedades Bíblicas instaladas no Brasil patrocinaram uma nova tradução completa, publicada em 1917 e conhecida como *Tradução Brasileira*. Em 1943, as Sociedades Bíblicas Unidas encomendaram a hebraístas, helenistas e vernaculistas uma revisão da tradução de Almeida, resultando na *Edição Corrigida de Almeida*; em 1948, a recém-organizada Sociedade Bíblica do Brasil promoveu duas revisões: a *Edição Revista e Atualizada* e a manutenção da *Edição Corrigida de Almeida*, ambas ainda amplamente usadas nas igrejas pentecostais brasileiras.

É justamente nesse período — em 1910 e 1911 — que o pentecostalismo chega ao Brasil, com a fundação da Congregação Cristã no Brasil e da Assembleia de Deus, movimentos marcados, desde o início, pelo amor à Palavra de Deus lida, estudada e pregada com simplicidade e pelo testemunho vivo do batismo com o Espírito Santo. Finalmente, em 1988, a Sociedade Bíblica do Brasil publicou a *Bíblia na Linguagem de Hoje*, e, em 1990, a Editora Vida publicou a *Edição Contemporânea de Almeida*.

É realmente admirável o trabalho de Deus na preservação do texto bíblico, sobretudo quando percebemos que ele usou pessoas falhas, mas comprometidas em deixar o legado do evangelho às gerações seguintes.

6.2 - RESULTADOS DA PESQUISA BIBLIOLÓGICA

A Bibliologia não se ocupa da investigação da Bíblia com o intuito de fragmentá-la ou de gerar dúvida; esse processo de esquadriñar e analisar detalhadamente é apenas o início, e se dá com a finalidade de responder ao “quebra-cabeça” da formação da Bíblia, fortalecendo, e não abalando, a fé de quem estuda. Através da pesquisa em documentos antigos e atuais, a Bibliologia chegou a algumas descobertas interessantes.

6.2.1 - Manuscritos famosos

Praticamente toda a Bíblia em grego se encontra preservada em manuscritos chamados *Codex*, ou *Códices*, caracterizados pelo ajuntamento de folhas em forma de livro, a partir do quarto século — mais fáceis de manusear do que os antigos rolos. Os mais importantes são:

Manuscrito	Descrição
Vaticano	Datado do quarto século, conservado na Biblioteca Vaticana, em Roma. É considerado a testemunha mais preciosa para o texto grego, tanto do Antigo quanto do Novo Testamento, ainda que apresente algumas omissões.
Sinaítico	Produzido em 325 d.C., contém grande parte do Antigo Testamento grego e o Novo Testamento quase completo. Foi descoberto em 1844 por Constantino Tischendorf no Mosteiro de Santa Catarina, no Monte Sinai. Encontra-se no Museu Britânico.
Alexandrino	De meados do quarto século, apresenta o Antigo Testamento grego e quase todo o Novo Testamento grego. Pertenceu ao Patriarca de Alexandria, que o doou ao rei da Inglaterra; está, desde então, no Museu Britânico.

É importante ressaltar que, tanto do Antigo quanto do Novo Testamento, nenhum museu possui o manuscrito original do autor (o *autógrafo*). O que se tem são cópias fidedignas, cronologicamente próximas dos originais — e, ainda assim, em número e qualidade muito superiores aos de qualquer outro documento da Antiguidade, o que fortalece a confiança do estudante na fidelidade do texto que hoje lemos.

6.2.2 - As teorias da Inspiração divina

O contato com os manuscritos e suas particularidades levou estudiosos a formular diferentes teorias sobre como se deu, exatamente, o processo da inspiração — não porque duvidassem dela, mas na tentativa de explicá-la com mais precisão. É importante que o aluno conheça todas elas, para saber identificar os erros e os acertos de cada uma.

Teoria	Descrição
Inspiração natural humana	Ensina que a Bíblia foi escrita por homens de gênio e intelectualidade especiais, como qualquer grande escritor da história. Nega, na prática, o elemento sobrenatural, e por isso deve ser rejeitada.
Inspiração divina comum	Ensina que a inspiração dos escritores bíblicos é a mesma que ocorre hoje quando um crente ora, prega ou canta em comunhão com Deus, concedida de forma gradativa conforme a consagração da pessoa. Os textos bíblicos, porém, mostram que a inspiração profética se dava de forma direta e específica — “veio a mim a palavra do Senhor” — não dependendo da busca pessoal, mas da soberana iniciativa de Deus. Deve, portanto, ser rejeitada como explicação da inspiração das Escrituras (embora seja legítimo reconhecer que o Espírito continua a iluminar e a inspirar a vida devocional do crente hoje, num sentido distinto e subordinado à inspiração das Escrituras).
Inspiração parcial	Ensina que só algumas partes da Bíblia são inspiradas, e outras não — de modo que a Bíblia não seria a Palavra de Deus, mas apenas <i>conteria</i> a Palavra de Deus. Deve ser rejeitada, por não haver critério bíblico que aponte quais partes seriam inspiradas e quais não.
Ditado verbal	Ensina que Deus ditou palavra por palavra aos escritores, como quem fala por um alto-falante, sem uso das faculdades mentais e do estilo pessoal de cada autor. Deve ser rejeitada, pois a própria Bíblia revela a personalidade literária distinta de cada escritor.
Inspiração das ideias	Ensina que Deus inspirou apenas as ideias, deixando as palavras a cargo dos escritores. Deve ser rejeitada, pois separa de forma artificial o pensamento da palavra que o expressa.
Inspiração plenária e verbal	É a teoria correta, adotada por esta apostila: todas as partes da Bíblia são igualmente inspiradas; os escritores não foram máquinas inconscientes, mas houve cooperação entre sua mente, seu vocabulário e seu estilo, e a ação soberana do Espírito Santo — de modo que o resultado final, em suas próprias palavras, é também, plena e infalivelmente, a Palavra de Deus (2Tm 3.16-17; 2Pe 1.21).

6.2.3 - Bíblia Hebraica ou Judaica

A Bíblia Hebraica é o conjunto de livros que formam as Escrituras Sagradas dos judeus; os cristãos reconhecem todo o seu conteúdo sob o nome de Antigo

Testamento, referente à antiga aliança que Deus fez com seu povo por meio de Moisés — enquanto o Novo Testamento revela a nova e definitiva aliança que Deus fez por meio de Jesus Cristo.

Diferentemente da divisão cristã, a Bíblia Hebraica possuía, originalmente, 24 livros, classificados em três divisões — Esdras-Neemias, 1º-2º Samuel, 1º-2º Reis, 1º-2º Crônicas e os Doze Profetas Menores eram contados, cada conjunto, como um único livro:

Divisão	Quantidade	Conteúdo
Lei / Torá	5 livros	Livros: Gênesis; Êxodo; Levítico; Números; Deuteronômio.
Profetas / Nebiim	8 livros	Profetas anteriores: Josué; Juízes; Samuel; Reis. Profetas posteriores: Isaías; Jeremias; Ezequiel. Os Doze Profetas (num único livro): Oséias; Joel; Amós; Obadias; Jonas; Miquéias; Naum; Habacuque; Sofonias; Ageu; Zacarias; Malaquias.
Escritos de Sabedoria / Kethubim	11 livros	Livros Poéticos: Salmos; Provérbios; Jó. Cinco Rolos: Cantares de Salomão; Rute; Lamentações de Jeremias; Eclesiastes; Ester. Livros Históricos: Daniel; Esdras/Neemias; Crônicas.

Quadro 2 — A divisão da Bíblia Hebraica

Os livros Josué, Juízes, Samuel e Reis são classificados como Profetas Anteriores porque neles estão os relatos que vão da morte de Moisés até o fim da monarquia, escritos por homens de ofício e espírito proféticos.

6.2.4 - O Antigo Testamento na Bíblia Cristã

Já no tempo do Novo Testamento, quando a Bíblia Hebraica havia sido adotada pelos cristãos como Antigo Testamento, a Igreja Cristã realizou uma mudança na ordem e na contagem dos livros, elevando o total de 24 para 39, ao dividir livros como Samuel, Reis, Crônicas e os Doze Profetas Menores em unidades separadas, e ao reclassificar os Profetas Anteriores como livros Históricos.

Os livros proféticos, a partir de Isaías, foram colocados ao final do Antigo Testamento, de modo a preparar a entrada do Novo Testamento como cumprimento das profecias registradas:

Divisão	Quantidade	Livros
---------	------------	--------

Pentateuco	5 livros	Gênesis Êxodo Levítico Números Deuteronômio
História	12 livros	Josué Juízes Rute 1 e 2 Samuel 1 e 2 Reis 1 e 2 Crônicas Esdras Neemias Ester
Poesia	5 livros	Jó Salmos Provérbios Eclesiastes Cantares de Salomão*
Profetas	17 livros	Profetas Maiores (5): Isaías, Jeremias, Lamentações de Jeremias, Ezequiel, Daniel Profetas Menores (12): Oséias, Joel, Amós, Obadias, Jonas, Miquéias, Naum, Habacuque, Sofonias, Ageu, Zacarias, Malaquias

Quadro 3 — A divisão do Antigo Testamento na Bíblia Cristã

Esses livros, somados aos 27 do Novo Testamento, formaram a lista oficial de 66 livros, confirmada publicamente pelos concílios de Hipona (393 d.C.) e Cartago (397 d.C.).

6.2.5 - Como se deu a formação da Bíblia

Para ajudar o aluno a visualizar, de forma simples, como se deu a formação da Bíblia ao longo do tempo, uma boa ilustração é a da “colcha de retalhos”.¹⁰

Muitos já viram, ou mesmo têm em casa, uma bela colcha de retalhos, feita por uma avó ou mãe que reuniu pedaços de tecido de roupas especiais da família. Cada retalho é, em si mesmo, uma peça completa e acabada — feita com todo o cuidado no seu próprio tempo — e tem uma história própria; quando esses retalhos

¹⁰ Ilustração adaptada, com ajustes doutrinários, a partir de SANCHES, *Introdução ao Estudo da Bíblia*, p.19.

completos são reunidos e costurados uns aos outros, formam uma colcha maior, cuja beleza depende, exatamente, do fato de cada retalho já ser, em si, uma peça bem-acabada.

Da mesma forma, cada livro do Antigo Testamento — a Lei de Moisés, os livros históricos, os poéticos e os proféticos — foi escrito como uma unidade completa e plenamente inspirada, no tempo do seu respectivo autor, sob a direção do Espírito Santo; e essas unidades completas, à medida que Deus as ia revelando através dos séculos, no Êxodo, no estabelecimento em Canaã, na monarquia, no exílio babilônico e no retorno e reconstrução de Judá, foram sendo reconhecidas e reunidas pelo povo de Deus, culminando no trabalho de Esdras e da Grande Assembleia, que confirmaram oficialmente o conjunto já formado do Antigo Testamento, no final do primeiro século depois de Cristo. No final do século IV depois de Cristo, esse “cobertor” (o Antigo Testamento) foi reconhecido, lado a lado, com o “cobertor” que vinha sendo formado da mesma maneira — cada livro já completo em si — no Novo Testamento; e as duas colchas juntas formam, hoje, a bela e completa Palavra de Deus, com sua unidade perfeita, cada uma de suas 66 partes plenamente inspirada desde o momento em que foi escrita.

Certamente, essa figura de linguagem não expressa com perfeição todas as particularidades da formação da Bíblia, mas ajuda o estudante a visualizar melhor esse processo, sem jamais sugerir que qualquer parte da Bíblia tenha sido produzida, aos poucos, por mãos humanas trabalhando sem a direção direta e contínua do Espírito de Deus.

São esses os resultados basilares da pesquisa em Bibliologia, que fazem parte de qualquer texto, artigo, apostila ou livro que se proponha a informar, com seriedade e fidelidade à fé bíblica, sobre a Bíblia que cremos e afirmamos ser a Revelação de Deus para a humanidade.

Certamente, esse tipo de pesquisa deve continuar avançando, com a participação de biblistas e teólogos pentecostais brasileiros comprometidos com a Palavra de Deus. Fica, então, a pergunta: que tal esta apostila ser apenas o começo, para quem a estuda, de uma vida inteira de pesquisa séria e fiel das Escrituras?

7 - CONCLUSÃO

Através deste material didático, pudemos perceber que a preservação, a formação e o reconhecimento do *cânon* hebreu e cristão levaram séculos. Se a revelação de Deus aos escritores bíblicos já é uma obra admirável, é igualmente admirável a ação de Deus junto aos copistas, escribas, rabinos, comunidades judaicas e cristãs, pesquisadores, tradutores e impressores — enfim, junto a todos os que Deus usou para que sua Palavra chegasse até nós, sem perder, em nenhum momento, nem uma palavra sequer de sua inspiração original.

A Bíblia é, verdadeiramente, fruto da ação soberana e conservadora de Deus, que testemunha seu amor e desafia a racionalidade humana. A revelação de Deus, dirigida pelo Espírito Santo do início ao fim, torna a Bíblia um livro absolutamente diferente de outros livros que se dizem “sagrados”, como o Alcorão ou o Livro de Mórmon — livros escritos, cada um, por um único homem, num único momento da história, sem o testemunho profético contínuo, plural e harmônico que caracteriza as Escrituras Sagradas. A Bíblia não desceu dos céus pronta e acabada num único instante, mas foi gerada pelo amor de Deus, através da história do seu povo, sempre com a mesma autoridade divina e infalível, do primeiro ao último livro.

O resultado é a mensagem salvadora da Bíblia. Por causa dela, muitas línguas foram, pela primeira vez, colocadas na forma escrita, para que a Palavra de Deus, no todo ou em parte, pudesse ser traduzida — e ainda hoje seja traduzida — para todos os povos da terra.

A Bíblia é única e continua a conduzir gerações e gerações a estudá-la; daí a necessidade de conhecê-la no contexto em que foi produzida, sem que isso jamais enfraqueça, mas sempre fortaleça, a fé de quem a lê pela iluminação do Espírito Santo. É certo que ainda há muito a ser pesquisado e estudado — não para alimentar a dúvida, mas para confirmar a fé. Descobertas arqueológicas podem, sim, ser usadas a favor da confiabilidade da Bíblia; mas o melhor caminho continua sendo estudar e investigar, com profundidade e com fé, a própria Bíblia — daí a necessidade permanente de vocacionados que se dediquem à Bibliologia, cheios do Espírito Santo, a serviço da Igreja de Cristo.

- **Datação dos manuscritos:** a data de um manuscrito o situa dentro da história, contribuindo para decidir, entre duas leituras diferentes, qual se aproxima mais do original.
- **Comparação entre manuscritos:** depois de todas as investigações, é preciso comparar o manuscrito investigado com outros, para identificar eventuais erros ou acréscimos de cópia.

O campo da crítica textual é complexo, e conta com a ajuda de disciplinas como a História da Igreja, a História do Pensamento Cristão e a Teologia Bíblica. No fim, a compilação de todas essas leituras e investigações conduz à certeza de que a Bíblia foi transmitida, ao longo dos séculos, de forma exata e fidedigna, confirmando aquilo que a Igreja pentecostal já cria pela fé: que a Palavra de Deus permanece para sempre (Is 40.8; 1Pe 1.25).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Abraão de. *História, Milagres e Profecias da Bíblia*. São Paulo: Vida.

AMARAL, Emerson. *Apostila de Hebraico*. Belo Horizonte: Seminário Teológico Rhema, 2008.

BECKWITH, R. T. O Cânon do Antigo Testamento. In: COMFORT, Philip W. (Ed.). *A Origem da Bíblia*. Rio de Janeiro: CPAD, 2006.

Bíblia. Português. *Bíblia de Referência Thompson com versículos em cadeia temática*. São Paulo: Vida, 1996.

Bibliologia. Belo Horizonte: Seminário Teológico Rhema, 2008.

BRUCE, F. F. A Bíblia. In: COMFORT, Philip W. (Ed.). *A Origem da Bíblia*. Rio de Janeiro: CPAD, 2006.

CONVENÇÃO GERAL DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS NO BRASIL. *Declaração de Fé das Assembleias de Deus no Brasil*. Rio de Janeiro: CPAD.

CRISTIANO, Paulo. *O que é a Crítica Bíblica*. Presbítero da Assembleia de Deus, professor de religiões.

FISHER, Milton. O Cânon do Novo Testamento; A Literatura nos Tempos Bíblicos. In: COMFORT, Philip W. (Ed.). *A Origem da Bíblia*. Rio de Janeiro: CPAD, 2006.

GOODSPEED, Edgar J. *Como nos veio a Bíblia*. São Paulo: Imprensa Metodista de São Paulo, 1968. (Obra citada apenas quanto a dados históricos factuais sobre versões e manuscritos; suas conclusões de crítica literária não são adotadas por esta apostila.)

LAPA, Marco A. T. *Introdução à Bíblia*. São Paulo: Editora e Publicadora Quadrangular, 1998.

LASOR, William. *Introdução ao Antigo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 2003.

MENEZES, Clélio Monteiro. *Origem da Bíblia*. Belo Horizonte: FATE-BH.

MORENO, Mário. *A Bíblia e suas Origens*.

NORTON, Mark R. Textos Manuscritos do Antigo Testamento. In: COMFORT, Philip W. (Ed.). *A Origem da Bíblia*. Rio de Janeiro: CPAD, 2006.

RODRIGUES, Leonardo M. F. *Hebraico Bíblico*. Belo Horizonte: Seminário Teológico Rhema, 2008.

RODRIGUES, Leonardo M. F. *Introdução ao Antigo Testamento*. Belo Horizonte: Seminário Teológico Rhema, 2008.

RYKEN, Leland. A Bíblia como Literatura. In: COMFORT, Philip W. (Ed.). *A Origem da Bíblia*. Rio de Janeiro: CPAD, 2006.

SANCHES, Regina de Cássia Fernandes. *Introdução ao Estudo da Bíblia*. Série Como ler a Bíblia. Belo Horizonte: FATE-BH, 2002.

SATURNINO, Rodrigo et al. *Apostila de Métodos de Leitura Bíblica*. Curso básico em Teologia. Belo Horizonte: FATE-BH, 2003.

SHELLEY, Bruce. *História do Cristianismo ao alcance de todos*. São Paulo: Shedd Publicações, 2004.